

Como a dívida cresce

■ Venda de títulos arrecada recursos para cobrir gastos

A dívida mobiliária federal em poder do mercado é composta por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, vendidos ao público como forma de levantar recursos para fazer frente aos seus gastos. Os títulos são vendidos pelo Banco Central, em nome do Tesouro. Quanto mais difícil a situação das contas do governo, mais altos são os juros que o mercado cobra para ficar com os papéis.

Bancos, corretoras e distribuidoras adquirem os títulos para investimento próprio ou para seus clientes. Os papéis do Tesouro compõem obrigatoriamente as carteiras, por exemplo, dos fundos de aplicações financeiras, de commodities e de renda fixa. Os fundos de pensão também são obrigados, pelo próprio governo, a aplicar parte dos seus recursos em títulos federais. Ao investir em um desses

fundos, o cliente de um banco também se torna, de forma indireta, credor do governo.

A dívida mobiliária, no caso brasileiro, corresponde a cerca de 7,8% do Produto Interno Bruto e é formada por vários tipos de títulos, entre eles Notas do Tesouro Nacional (NTN) com correção cambial, pela TR e pelo IGP-M, com prazos variados, que vão de três a 24 meses ou mais. Os Bônus do Banco Central (BBC) também compõem a dívida mobiliária, embora sejam usados para fazer política monetária (tirar o excesso de dinheiro da economia). Embora não sejam de emissão do Tesouro, os BBC também se refletem nas contas do governo. Sempre que o governo emite e vende novos títulos está aumentando o volume da sua dívida mobiliária. Hoje, o Tesouro não está emitindo papéis para cobrir gastos, mas lança novos títulos para rolar a dívida já existente. Rolar a dívida significa pagar com novos títulos os papéis que estão vencendo.